

Mercado de trabalho em Keynes e o papel da rigidez de salários nominais

*Labor market in Keynes and the
role of rigid nominal wages*

SELENE PERES PERES NUNES*

RICARDO DA COSTA NUNES **

RESUMO: Este artigo discute a afirmação de que a Teoria Keynesiana seria “um caso particular da Teoria Clássica com salários rígidos”. Ele examina se a análise keynesiana depende da hipótese de rigidez e em que medida a referida hipótese foi realmente usada na Teoria Geral. O mercado de trabalho neoclássico é criticado. A Teoria Keynesiana do Emprego, a Resposta de Pigou e a Síntese Neoclássica também são examinadas. A análise do método aplicado na Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda – método estático de um processo dinâmico – leva à conclusão de que suas ideias representaram uma revolução completa no pensamento econômico vigente antes de sua publicação.

PALAVRAS-CHAVE: Keynesianismo;1 determinação dos salários; rigidez salarial; história do pensamento econômico; equilíbrio.

ABSTRACT: This paper discusses the statement that the Keynesian Theory would be “a particular case of the Classical Theory with rigid wages”. It examines whether Keynesian analysis depends on the rigidity hypothesis and to what extent the referred hypothesis has actually been used in The General Theory. The Neoclassical Labor Market is criticized. The Keynesian Theory of Employment, the Pigou’s Reply and the Neoclassical Synthesis are also examined. The analysis of the method applied in the General Theory of Employment, Interest and Money – a static method of a dynamic process – leads to the conclusion that its ideas represented a complete revolution on the economic thought prevailing before its publication.

KEYWORDS: Keynesianism; wage determination; wage rigidity; history of economic thought; equilibrium.

JEL Classification: B22; B31; E12.

* Da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) e da Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil. E-mail selenenunes@inesc.org.br.

** Da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MPO) e da Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil. rcn@fazenda.gov.br

Declaração de Jean-Paul Sartre feita pouco antes de sua morte:
“*J’ai écrit exactement le contraire de ce que je voulais écrire*”.
Parece que os grandes espíritos possuem algo em comum.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação teórica central do pensamento econômico parece ter sido a de encontrar razões consistentes para a explicação das crises ou, inversamente, para justificar o equilíbrio. Até a publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, a explicação para os problemas econômicos oferecida pelo paradigma prevalecente era a existência de desequilíbrios erráticos que, ou seriam superados através de algum mecanismo de autocorreção – por exemplo, ajuste de preços –, ou teriam origens exógenas, e, portanto, controláveis, na política econômica.

No caso de autocorreção, o desequilíbrio seria obviamente transitório e mesmo que de tempos em tempos ele voltasse a ocorrer, não haveria nenhuma regularidade nessa ocorrência, pois tratava-se de “erros”. Se a causa era exógena, a transitoriedade do desequilíbrio dependia apenas da não intervenção do Estado na economia, por exemplo, na regulação de salários. E, por fim, como o real prevalecia sobre o monetário e, de resto, os desequilíbrios eram transitórios, não teriam maiores consequências no que se refere à produção e às variáveis de cunho estrutural. Mesmo que temporariamente a produção fosse afetada por variações nos salários nominais, tão logo o equilíbrio fosse restabelecido, tal efeito seria *averaged out*, no sentido de que o efeito inicial seria contraposto por um outro que o tornaria neutro.

Essa explicação era a única consistente com a concepção “clássica”, pois no conceito de equilíbrio parecia estar implícita a ideia de que ele era inerente ao funcionamento econômico. Assim, como o equilíbrio era pressuposto desde o início, os resultados fundamentais já estavam embutidos nos conceitos de que se partiu e as crises simplesmente não ocorriam.

As ideias contidas na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda representaram uma verdadeira revolução no pensamento econômico por se contraporem ao paradigma até então prevalecente. Keynes procurava mostrar que a teoria clássica era um caso particular da teoria geral, ou seja, que a constatação empírica indicava ser o equilíbrio não um pressuposto, mas apenas uma possibilidade. A crítica, contudo, não se restringia ao mero empirismo, mas fundamentava-se em uma construção teórica nova em que a origem dos problemas passava a ser endógena e as suas consequências, além de não transitórias, seriam claramente observáveis no lado real da economia.

Em reação à publicação da Teoria Geral, a ortodoxia procurou enquadrar a análise Keynesiana como um caso particular com salários rígidos, concluindo que Keynes não havia acrescentado nada fundamentalmente novo. A importância do tema é de tal ordem que a aceitação da tese ortodoxa implica o retorno aos pressupostos equilibrísticos da teoria “clássica”. Porém, se essa visão é verdadeira, por

que cinquenta anos de discussão acirrada não conseguiram apagar as discordâncias e fazer com que se chegasse a um consenso?

Seja por razões ideológicas ou por falta de uma interpretação adequada do texto, o fato é que cresceu no meio acadêmico uma tendência a desconsiderar o método dinâmico de Keynes, isto é, aquele em que o tempo era verdadeiramente considerado em todas as suas características dinâmicas. Entretanto, nenhuma das escolas de pensamento rivais conseguiu invalidar os argumentos das demais formulando críticas internas e dando conta de suas próprias falhas. Há quem diga, inclusive, que se trata de uma crise da teoria econômica ou que as insuficiências analíticas decorrem da dificuldade de conciliar aspectos sociais importantes com a formalização matemática tradicional.

A pergunta a que nos propomos tentar responder no decorrer deste trabalho é: depende a análise keynesiana da hipótese de salários rígidos? E ainda: até que ponto esta hipótese é de fato utilizada na Teoria Geral? As respostas a estas perguntas só poderão ser efetivamente oferecidas quando nos ativermos ao método empregado na Teoria Geral.

2. A DETERMINAÇÃO DO EMPREGO NA TEORIA NEOCLÁSSICA

Na escola “clássica”, o salário é determinado no mercado de trabalho através da interação entre as curvas de oferta e demanda por trabalho. A curva de oferta estabelece uma relação direta entre salário real e oferta de mão-de-obra, baseando-se no segundo postulado, de acordo com o qual os trabalhadores ofertariam seu trabalho até o ponto em que a utilidade do lazer fosse igual à utilidade marginal proporcionada pelo salário. Assim, os pontos ao longo da curva de oferta indicariam, para cada salário, o máximo de horas destinadas ao trabalho. Os pontos à esquerda da curva indicariam que a utilidade do salário estaria excedendo a desutilidade do trabalho e, portanto, os trabalhadores aceitariam trabalhar por menos. Já as posições à direita da curva seriam inaceitáveis do ponto de vista dos trabalhadores.

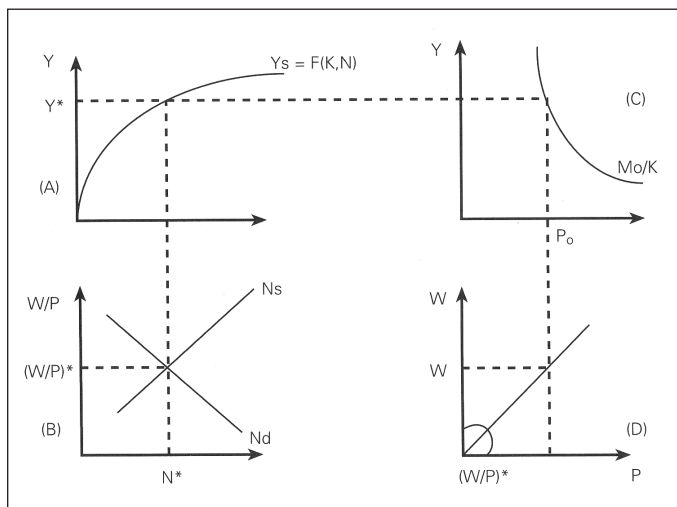
$$N_s = N(W/P); N > 0$$

A curva de demanda, expressa no primeiro postulado, informa que a firma empregaria trabalhadores até o ponto em que o custo marginal, cujo elemento fundamental é o salário, se igualasse à receita marginal que a firma obtém ao empregar um trabalhador adicional. Isto é, “o salário é igual ao produto marginal do trabalho.” (Keynes, 1970, p. 18). Os pontos ao longo da curva representam o objetivo de maximização de lucros das firmas a cada nível salarial, dados a demanda e o preço esperados.

$$N_d = W/P = F_N(\bar{K}, N), F_N < 0$$

Pela interação das duas curvas ficariam determinados simultaneamente o nível de emprego e o salário real, conforme se observa no gráfico 1-B a seguir:

Gráfico 1



O nível de emprego assim obtido seria aquele que maximizaria a função de produção agregada neoclássica.

$$Y_s = F(\bar{K}, N)$$

A função de produção agregada, por sua vez, se relaciona com a determinação do nível geral de preços através da teoria quantitativa da moeda.

$$M = KPY$$

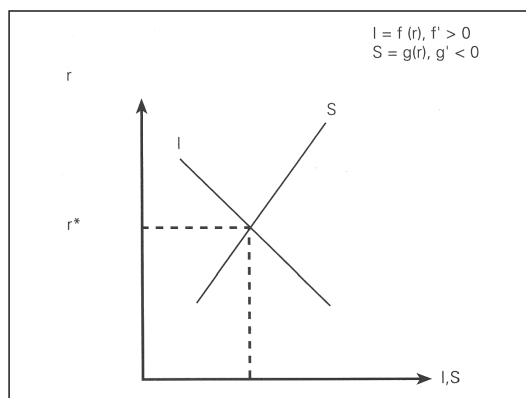
Além disso, o nível de emprego de equilíbrio seria sempre o de pleno emprego, compatível apenas com o desemprego friccional – decorrente de pequenas imperfeições ou desajustes temporários entre oferta e demanda de trabalho porque encontrar emprego leva algum tempo – e com o desemprego voluntário – decorrente do fato da desutilidade do trabalho ser maior que a utilidade do salário que se poderia receber. Todos os que desejassem trabalhar aos salários vigentes no mercado encontrariam emprego. Nenhuma observação é feita sobre a possibilidade de os trabalhadores reivindicarem maior estabilidade no emprego além de salários mais elevados. A força de trabalho é considerada homogênea, intercambiável e sua mobilidade é perfeita.

$$Y_S = Y_D = Y$$

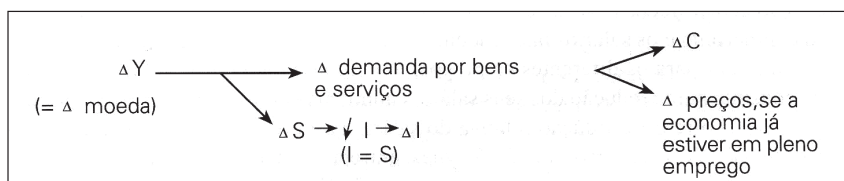
Com isto, ficaria eliminada toda a possibilidade de desequilíbrio, dado que a flexibilidade do salário faria com que toda a mão-de-obra fosse empregada. Os trabalhadores e os empresários, como num “leilão social”, confrontariam suas funções de utilidade e de produção, respectivamente, atingindo pleno emprego e maximização de lucros. Se o sistema temporariamente assumisse uma posição abaixo do equilíbrio de pleno emprego, ela logo seria restabelecida, pois os salários

cairiam, promovendo o ajustamento automático das quantidades (N), via alterações nos preços (W/P). A conclusão que *the markets clear* seria válida também para o mercado de trabalho.¹

Outro importante mercado “clássico” também se baseava na flexibilidade, desta vez da taxa de juros, para assegurar o pleno emprego: o mercado poupança-investimento. Na macroeconomia neoclássica, a poupança é fruto da maximização da utilidade intertemporal dos indivíduos que renunciam ao consumo presente para receber juros no futuro. Além disso, a taxa de juros é um fenômeno real e só transitoriamente pode ser afetada pela moeda. Sendo o investimento uma função inversa e o nível de poupança uma função direta da taxa de juros, se esta flutuasse livremente, tudo quanto fosse poupado seria investido.



Como o salário real determinado no mercado de trabalho estabelece os níveis de produto e renda e a parcela da renda que é poupada equivale ao nível de investimento, a causalidade neoclássica se estabelece a partir da determinação da renda para o investimento:



3. A REVOLUÇÃO KEYNESIANA

3.1. A crítica aos postulados clássicos

Na busca de uma explicação satisfatória para os altos níveis de desemprego observados no mundo real, Keynes critica o paradigma “clássico”, discutindo a

¹ O mercado de trabalho encontra-se em perfeita concordância com a Lei de Walras.

coerência interna dos seus postulados e, conseqüentemente, colocando em xeque os seus dois principais mercados e a Lei de Say. Neste sentido, a revolução keynesiana se apresenta como uma tentativa de explicar o desemprego evidenciado por “fatos da experiência” e não negar a sua existência.

Por pretender fazer uma crítica interna, Keynes aceita o mercado de concorrência perfeita e a função de produção neoclássica baseada na lei dos rendimentos decrescentes. Se, de um lado, isto pode ser empiricamente criticável, de outro era necessário provar que mesmo mantendo as hipóteses da teoria “clássica” não era possível aceitar suas conclusões. Segundo Victoria Chick, essas críticas “must stand as *additional reasons why the Classical model does not hold, for Keynes fully accepted, for theoretical purposes, Classical theory on this own terms*”. (Chick, 1983, p. 133 – 134; grifo nosso).

Ainda no segundo capítulo da Teoria Geral, Keynes critica o segundo postulado baseado na evidência empírica e teórica de que “as exigências da mão-de-obra tendam a um mínimo de salário nominal e não a um mínimo de salário real”. (Keynes, 1970, p. 21). Do ponto de vista empírico, sabe-se que, numa economia monetária, os contratos são fixados em termos nominais. Quando um trabalhador se apresenta à fábrica em busca de emprego, ele aceita ou não trabalhar pelo salário que lhe é oferecido. O empregador estabelece este nível de salário com base em uma estimativa – que pode ou não estar correta – da curva de oferta de trabalho. Se o trabalhador é contratado, ainda que por um salário acima do de equilíbrio e, depois disso, os outros chegam à fábrica e oferecem seu trabalho por menos, ainda assim o empregador hesitaria em demiti-lo, pois há um custo envolvido na contratação e a própria existência de um contrato implica em certa rigidez. Do ponto de vista do trabalhador, a rigidez ocorre porque, ainda que houvesse elevação de preços, ocasionando queda de salário real, os trabalhadores não pediriam demissão. Entretanto, no caso de reduções de salário nominal, os trabalhadores ofereceriam resistência para não sofrer perdas relativamente a outros trabalhadores, pois, como a informação é imperfeita, cada um pensa que a redução ocorre apenas em sua categoria. Assim, “uma vez que a mobilidade do trabalho é imperfeita e os salários não tendem a estabelecer uma exata igualdade de vantagens líquidas para os diferentes empregos, todo o indivíduo ou grupo de indivíduos que consinta numa redução dos seus salários nominais em relação a outros indivíduos ou grupos, sofre uma redução relativa do salário real que basta para justificar a sua resistência”. (Keynes, 1970, p. 26). Keynes, entretanto, deixa claro que esta primeira parte da crítica “*não é teoricamente fundamental*” (Keynes, 1970, p. 20, grifo nosso).

Na segunda parte da crítica ao segundo postulado, Keynes rejeita o pressuposto de que os trabalhadores podem decidir os níveis de salário real e emprego. Caberia aos trabalhadores determinar o quanto desejariam trabalhar a cada nível de salário real, como se a curva de oferta expressasse a sua função de preferência. Contudo, sendo as decisões tomadas pelos capitalistas, os trabalhadores não teriam poder para defender suas preferências junto às firmas. O salário recebido é trocado por outros bens, apreços que não são estabelecidos na barganha salarial e que dependem das decisões de produção e da demanda de outros agentes. A demanda

e conseqüentemente os preços dos diversos bens só serão conhecidos muito depois que o contrato de trabalho tiver se efetuado. Sendo assim, os salários e o emprego poderiam encontrar-se em um ponto fora da curva de oferta e, mais ainda, um ponto não transitório. Nada garante a igualdade entre salário e desutilidade marginal do trabalho. A um nível de salário nominal corresponderiam diversos níveis de salário real, gerando várias funções de oferta. Não havendo unicidade de equilíbrio, ele não poderia ser determinado. Este é o ponto fundamental da crítica keynesiana que destrói o mercado de trabalho clássico.

A este respeito, Amadeo aponta ainda uma inconsistência lógica da macroeconomia clássica. “Se fosse facultado aos trabalhadores reduzir seu salário nominal, mantido estável o nível de preços ... o desemprego se reduziria. Mas se os preços são determinados a partir dos custos marginais ... quando caem os salários, caem também os preços, e o efeito sobre o salário real pode ser nenhum” (Amadeo, 1982, p. 28). Desta forma nada garantiria que os movimentos de salários reais e nominais ocorressem na mesma direção. Poder-se-ia postular ainda que mesmo que os sindicatos incluíssem nas suas reivindicações as expectativas de preços futuros, elas poderiam não ser atendidas – caso os sindicatos não fossem suficientemente fortes – ou simplesmente não se realizar. Se, por exemplo, a reposição salarial referente a perdas anteriores fosse integralmente repassada aos preços, a diferença não seria recuperada. Inúmeras conjecturas poderiam ser feitas visando considerar a importância do tempo na economia, seja conferindo um caráter de incerteza às previsões, seja tornando “irreversíveis” algumas decisões.² Não se trata, portanto, de ilusão monetária, como afirmam alguns, mas de assimetria entre os agentes (capitalistas versus trabalhadores) e incerteza quanto ao futuro que faz com que os agentes não possam pautar suas barganhas em termos de salários reais. É interessante a definição de ilusão monetária fornecida por Victoria Chick: “The meaning of money illusion attached to not bargaining for a real wage also becomes clear: one has money illusion if one does not know the outcome at the end of the production period. Money illusion is in that sense anything less than perfect foresight” (Chick, p. 42, 1983).

3.2. A formulação de uma nova teoria do emprego

Tendo demonstrado que o nível de emprego não era determinado no mercado de trabalho e que, portanto, o desemprego não se devia à existência de salários reais acima da produtividade marginal do trabalho, Keynes precisava construir uma teoria alternativa à “clássica”: a teoria da demanda efetiva. No capítulo 3 da Teoria Geral, são definidas a função de oferta global Z e a função de procura global D , onde Z é o preço de oferta agregada que resulta do emprego de N trabalhadores e D é o montante que os empresários esperam receber ao empregar N trabalhadores.

² É bem verdade que a irreversibilidade se encontra muito mais fortemente associada à decisão de investir que à de produzir e empregar.

$$Z = \phi(N)$$

$$D = F(N)$$

Se D é maior que Z , há um estímulo para aumentar o emprego acima de N , e se D é menor que Z não compensa empregar tantos trabalhadores. Assim, “o volume de emprego fica determinado pelo ponto de interseção da função de procura global e da função de oferta global, pois é neste ponto que as *previsões* de lucro dos empresários serão maximizadas” (Keynes, 1970, p. 37, grifo nosso). Este ponto, chamado demanda efetiva, dependerá dos fatores que determinam as funções Z e D , quais sejam: a eficiência marginal de capital, a preferência pela liquidez e a propensão marginal a consumir.

A cadeia lógica da teoria keynesiana para o curto prazo pode ser descrita em linhas gerais como se segue. Quando as expectativas de curto prazo são favoráveis, isto é, quando se espera que a demanda futura seja maior que a atual, os empresários reagem aumentando o número de trabalhadores empregados e, conseqüentemente, aumentando a produção. Este emprego, diferentemente da teoria clássica, não representa apenas um custo maior, senão também uma demanda maior a níveis agregados, pois os trabalhadores gastarão uma parcela da sua renda em consumo. A propensão a consumir, definida como a relação entre a renda e a parcela gasta em consumo, será tanto menor quanto mais rica for a comunidade.³

$$\partial Y / \partial H = 1 / 1 - c'; \text{ onde: } 0 < c' < 1$$

No capítulo 10 da Teoria Geral, Keynes descreve o mecanismo do multiplicador do investimento estabelecendo um ajuste gradual da renda ao investimento. Nesse momento as expectativas de curto prazo desempenham um papel central na análise. O nível de emprego depende das expectativas dos produtores com relação à demanda por seus produtos e à estrutura de custos. Se as expectativas não estiverem corretas, ou os preços ou os estoques terão que ajustar-se, afetando a formação de expectativas do período seguinte e, portanto, os níveis de produto e emprego no setor de bens de consumo ao longo de uma sequência de períodos de produção.

No mecanismo do multiplicador se supõe que os empresários acertam nas suas previsões porque as expectativas de curto prazo são formadas com base em eventos que se repetem, num processo de tentativa e erro. O resultado se aproxima cada vez mais da média estatística, isto é, do acerto pois os eventos mais recentes desempenham um papel mais importante. Assim, no modelo de equilíbrio de curto prazo do capítulo 18, Keynes considera variáveis independentes a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez, e considera dados a quantidade de moeda e o salário nominal. Porém, acrescenta: “isto não significa que suponhamos constantes tais fatores, mas simplesmente que por agora

³ O mesmo é válido para indivíduos ou grupos de indivíduos (classes sociais).

nos abstermos de analisar ou mesmo de tomar em consideração as consequências de suas variações” (Keynes, 1970, p. 235).

Fica claro que o método utilizado nesse capítulo diverge fundamentalmente do que Amadeo denomina modelo histórico quando Keynes diz que “as flutuações da renda real... são as que resultam da aplicação de diferentes quantidades de emprego ... a um dado equipamento de produção, de tal modo que a renda real aumenta e diminui conforme o número de unidades de trabalho empregadas” (Keynes, 1970, p. 116).

No decorrer da análise, isto é, até o capítulo 19, Keynes considera o salário nominal constante. Vale lembrar que “esta simplificação, de que mais tarde prescindiremos, é introduzida apenas para facilitar a exposição. O fato de o salário nominal e dos outros elementos de custo estarem ou não sujeitos a variação, em nada altera a natureza do raciocínio” (Keynes, 1970, p. 38).

De fato, se já não havia ficado claro que o fato de o salário nominal ser utilizado como deflator implicava na sua variação, no capítulo 19 da Teoria Geral Keynes analisa os efeitos de variações nos salários nominais.

O modelo histórico discute então os efeitos de mudanças nas variáveis independentes e os efeitos *feed-back*, ocupando o tempo um lugar de destaque na geração da incerteza e na irreversibilidade das decisões de investimento. “Não está na índole das previsões a longo prazo poderem ser revistas a intervalos curtos à luz dos resultados obtidos” (Keynes, 1970, p. 60). Se já existia no curto prazo um hiato temporal a separar a produção e a venda dos bens, agora este hiato é maior e, com isto, aumenta a incerteza.

Se as expectativas de longo prazo são favoráveis, os empresários poderão aumentar os gastos com investimentos D_2 , o que também teria como efeito o aumento do emprego, da renda e do consumo. Então diríamos que a demanda efetiva D corresponde à soma dos dois tipos de gastos: $D = D_1 + D_2$. D_2 deverá ser de tal magnitude que preencha a diferença entre D e D_1 para absorver o excesso de produção sobre o consumo. Caso contrário, as receitas obtidas pelos empresários seriam menores que as necessárias para estimulá-los a oferecer o nível de pleno emprego N . Chegamos, então, a três conclusões importantes que rompem simultaneamente com os dois principais mercados “clássicos”.

1. O *único* nível de emprego de equilíbrio, correspondente à igualação entre as funções Z e D que só casualmente será o de pleno emprego (quando $D_2 = D - D_1$), passa a ser determinado no mercado de bens. O mercado de trabalho não determina mais o nível de emprego porque a curva de oferta de trabalho permanece indeterminada, pois se relaciona com salário nominal, e não com salário real conforme preconizavam os “clássicos”.

2. Os agentes numa economia keynesiana decidem a parte da renda que destinarão a consumo e, por resíduo, a parte destinada à poupança. A poupança, que nos “clássicos” era função da taxa de juros, passa a ser função do nível de renda. Com isto, a função poupança deixa de ser independente da decisão de investir, ficando completamente indeterminada.

3. A existência de expectativas desfavoráveis poderia fazer com que os agentes entesourassem, o que impediria que a poupança fosse plenamente investida. Isto

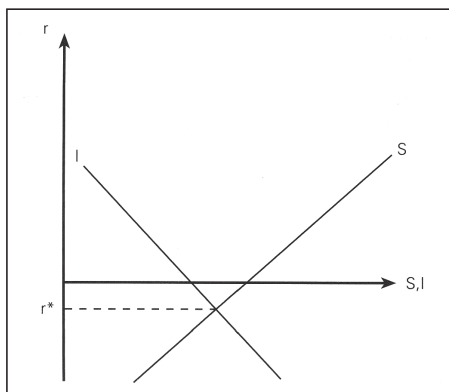
significaria o rompimento com a Lei de Say no longo prazo e o surgimento da possibilidade de crise no sistema.

4. A RÉPLICA DA ORTODOXIA: O EFEITO PIGOU E A SÍNTESE NEOCLÁSSICA

Como o próprio Lord Keynes já parecia esperar, sua argumentação não foi aceita com passividade. Procurou-se mais uma vez justificar a existência de desemprego tendo por base as velhas ideias neoclássicas que atribuíam a responsabilidade pelo não ajustamento automático de pleno emprego a certas imperfeições do mercado como, por exemplo, a rigidez de salários nominais ou de taxa de juros. A crença keynesiana de que as decisões de investir eram independentes das de poupar não parecia ser suficiente para destruir o mercado poupança-investimento, pois, se a poupança era função do investimento e este era função da taxa de juros, a argumentação clássica poderia ser mantida. Isto é, em última instância, a poupança seria função da taxa de juros e “se a taxa de juros pudesse cair livremente, a poupança seria desencorajada e o investimento estimulado até o ponto em que, a pleno emprego, a poupança e o investimento desejados seriam iguais ao nível $S_0 = I_0$ ” (Patinkin, p. 51).

$$S = f(Y(I(r)))$$

A resposta keynesiana a essa forma de se atingir o equilíbrio é que seria preciso que ocorressem grandes reduções da taxa de juros para que a economia atingisse o pleno emprego. Somente desse modo se conseguiria aumentar o estoque real de moeda o suficiente para baixar a taxa de juros. Assim, a relativa insensibilidade da taxa de juros a aumentos do estoque real de moeda faria com que o equilíbrio só fosse atingido com preços e taxa de juros negativos, conforme se observa no gráfico abaixo. Como o custo de estocagem do dinheiro era negligenciável,⁴ embora a economia tendesse ao equilíbrio, jamais chegaria até ele.

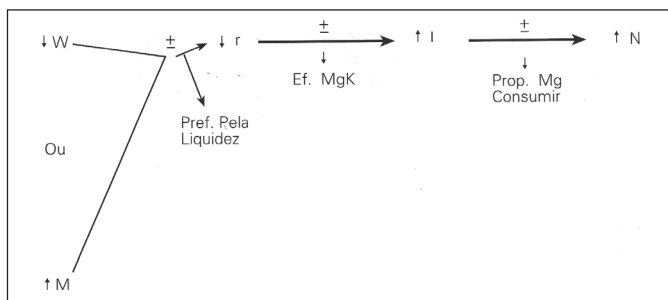


⁴ Keynes tratava de um contexto não-inflacionário.

Além disso, Keynes considera que a baixa da taxa de juros não necessariamente influencia o investimento, pois a decisão de investir é complexa e a taxa de juros é apenas uma das variáveis que entra na sua composição. Uma outra variável, talvez bem mais importante, seria as expectativas dos empresários. A cadeia lógica do assim conhecido efeito Keynes – aumento do valor real da oferta monetária em função de uma queda dos salários nominais e dos preços – pode ser obstaculizada pelos três determinantes da demanda efetiva: a preferência pela liquidez, a eficiência marginal do capital e a propensão a consumir.

Assim, “embora seja de esperar que, *ceteris paribus*, um aumento na quantidade de dinheiro reduza a taxa de juros, isto não se dará se as preferências pela liquidez aumentarem mais que a quantidade de dinheiro”.

Ou ainda, “conquanto se possa esperar que, *ceteris paribus*, uma baixa na taxa de juro incremente o fluxo de investimento, isto não acontecerá se a escala da eficiência marginal do capital descer mais rapidamente que a taxa de juros”. E, “quando enfim seja lícito esperar que, *ceteris paribus*, um aumento do fluxo de investimento faça aumentar o emprego, isso não se produzirá se a propensão a consumir estiver em declínio” (Keynes, 1970, p. 168).

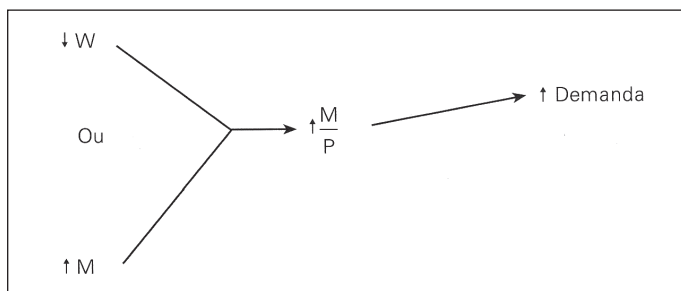


A crítica keynesiana portanto não se refere à possibilidade, mas à automaticidade da geração do pleno emprego. Para Keynes, o equilíbrio com pleno emprego seria um caso particular, uma coincidência, um ponto entre tantos outros, sendo mais provável o desemprego. Em resposta, o prof. Pigou introduz na função consumo uma nova variável: a liquidez real.

$$Y = C(Y, r, M/P) + I(r) = f(Y, r, M/P)$$

O desejo de poupar dos indivíduos estaria inversamente relacionado com o valor real dos encaixes monetários. Se a liquidez real da economia fosse suficientemente grande, a única razão para poupar seria a aplicação visando obter juros no futuro. Ainda assim, a função poupança só poderia ser zero a uma taxa de juros positiva.

A cadeia lógica de Pigou definiria que, quando houvesse um aumento de liquidez, ocasionado por queda de preços ou aumento de oferta monetária, os agentes possuiriam um montante de moeda maior que o desejado segundo os seus hábitos, o que os faria aumentar as despesas com consumo.



Assim, se a economia não estivesse no pleno emprego, chegaria até ele mesmo que a taxa de juros fosse rígida – como na armadilha da liquidez – pois a demanda por bens de consumo aumentaria, afetando o investimento e a renda. Caso a economia já estivesse no pleno emprego, haveria apenas aumento de preços. Desta forma, se conseguiria explicar ainda como um aumento da oferta monetária afetaria os preços. Isto, entretanto, introduz um novo problema para a ortodoxia: rompe-se a dicotomia real/monetário e a moeda deixa de ser neutra, o que poderia justificar a intervenção do Estado na economia através de aumentos de déficit governamental, reforçando a ideia keynesiana de que o setor privado não se auto-sustenta.

Além disto, ocorre uma importante mudança na argumentação ortodoxa. Se para os “clássicos” era preciso reduzir salários reais para dirimir o desemprego, para Pigou seria necessária uma queda de salários nominais. Acrescente-se ainda que “a validade do argumento de Pigou depende da suposição adicional de que a intensidade da relação inversa entre poupança e encaixes reais é tal que será possível o movimento da função poupança para uma posição que interceptará a função investimento a uma taxa de juros positiva” (Patinkin, 1985, p. 58).

5. UM MODELO ESTÁTICO DE UM PROCESSO DINÂMICO: A QUESTÃO DO MÉTODO

No capítulo 19 da Teoria Geral, Keynes procura demonstrar que os efeitos de reduções de salários nominais, caso fosse possível efetuar tais reduções, seriam ambíguos demais para que se pudesse afirmar que conduziriam a economia ao pleno emprego. Para tanto, Keynes oferece cinco boas razões:

a) Uma redução de salários nominais teria como efeito uma redistribuição da renda real dos assalariados para outros grupos e daqueles que investem produtivamente para os que emprestam dinheiro a juros. Em ambos os casos, muito provavelmente, ocorreria uma queda da propensão marginal a consumir e, conseqüentemente, da demanda efetiva. A proposta “clássica” não estaria levando em consideração que a redução de salários nominais diminui não só o custo das empresas, como também o poder de compra dos trabalhadores.

b) Se as expectativas apontassem para uma contínua queda de salários nomi-

nais, os gastos com investimento e consumo seriam adiados, o que teria efeitos adversos sobre o nível de emprego.

e) A redução de salários nominais tanto pode atuar favoravelmente sobre as expectativas dos empresários, que vêem seus custos reduzidos, como pode atuar desfavoravelmente se isto gerar greves.

d) O aumento da carga real da dívida pode fazer com que várias firmas endividadas cheguem à falência e se isto reduzir a confiança e gerar expectativas desfavoráveis nos empresários, o efeito sobre o nível de emprego tornar-se-á ainda mais negativo.

e) Se, por exemplo, reduzir-se a confiança dos agentes no plano político, o efeito Keynes poderá não funcionar devido a alterações na preferência pela liquidez. Além disso, mesmo que o efeito Keynes possa ser desencadeado, será preferível que isto ocorra devido a um aumento de oferta monetária, uma vez que as reduções de salários nominais têm um custo social e político elevado, especialmente porque poderiam alterar o diferencial entre salários.

Outras duas razões referem-se a uma economia aberta. Considera-se que uma redução de salário não só poderá melhorar o saldo da balança comercial, oferecendo estímulos a maiores investimentos, mas poderá também piorar as relações de troca.

Depreende-se da ambiguidade de efeitos exposta acima que não é válido generalizar os resultados de um único mercado para a economia como um todo ou para um agregado como o “mercado de trabalho”. Mudanças nos salários podem afetar outras partes do sistema e serem contraproducentes.

Além disto, fica evidente também que a contribuição keynesiana não é “um caso particular da teoria clássica com salários rígidos”, como pretendem argumentar. A diferença básica entre a teoria “clássica” e a keynesiana é o método analítico utilizado. Diferentemente de Marshall, que analisava cada mercado de forma independente, Keynes buscava a interação entre as decisões econômicas e o agregamento. A análise de equilíbrio geral também não atendia aos objetivos de Keynes porque desconsiderava a importância do tempo na análise. O método utilizado por Keynes fixava algumas variáveis temporariamente para que não fosse impedido de chegar a um resultado coerente pela complexidade da estrutura de hiatos, onde os eventos acontecem em velocidades diferentes, alguns possuem efeitos *feed-back* e os agentes interagem modificando seu comportamento em resposta aos eventos. No momento seguinte, as variáveis exógenas tornam-se endógenas e passa-se a analisar os efeitos de sua variação.

Assim, até o capítulo 19, Keynes considera um modelo com salário monetário constante e, a partir de então, analisa os efeitos de mudanças do salário monetário. Amadeo aponta duas boas razões para que Keynes tenha considerado salários constantes. a) Os fatores institucionais, tais como contratos e leis regulamentadoras, pareciam atuar mais fortemente neste sentido do que as condições de oferta e demanda por trabalho.

b) As mudanças no salário monetário teriam efeitos bastante ambíguos sobre o emprego, como aliás ficou claro no capítulo 19. É razoável, portanto, considerar

exógena uma variável cujo potencial explicativo não era muito grande, para reduzir o número de complicadores na análise.

Segundo Victoria Chick, o fato de Keynes considerar a demanda e a oferta agregada em termos de unidade de salário faz com que o modelo estático consiga captar características dinâmicas. Trata-se de um modelo estático de um processo dinâmico. E, citando Joan Robinson (1952), Vitoria Chick acrescenta: “Past history is put into the initial conditions, so that analysis is static in itself, and yet is part of a dynamic theory” (Chick, 1983, p. 16).

6. CONCLUSÃO

A crítica keynesiana fundamental que destrói o mercado de trabalho clássico baseia-se na rejeição da consistência do pressuposto de que os trabalhadores podem decidir os níveis de salário real e emprego. O arcabouço neoclássico para o mercado de trabalho pode ser desarmado com três argumentos:

a) Sendo as decisões de produzir e investir – fundamentais na determinação dos níveis de produto, emprego e preços – tomadas pelos capitalistas, os trabalhadores não têm o poder para determinar os salários reais. Face à assimetria presente no processo decisório, os trabalhadores podem, no máximo, negociar salários nominais.

b) Os preços não são objeto de barganha e somente se tornam conhecidos *a posteriori*, depois que o contrato de trabalho já foi efetuado.

c) Nada garante que os movimentos de salários reais e nominais ocorram na mesma direção pois, como os preços são determinados a partir dos custos marginais, a redução dos salários é repassada aos preços, o que pode neutralizar o efeito sobre o salário real. Trata-se, portanto, de uma crítica interna, pois prova que mesmo mantendo as hipóteses da teoria “clássica” não era possível aceitar suas conclusões, dada a inconsistência entre seus pressupostos.

Assim, a curva de oferta de trabalho permanece indeterminada porque:

a) se relaciona com salário nominal e não com salário real;

b) a um nível de salário nominal corresponderiam diversos níveis de salário real, gerando várias funções de oferta de trabalho.

Se a curva de oferta permanece indeterminada, nada garante que o equilíbrio no mercado de trabalho seja único e, portanto, fica também indeterminada na teoria neoclássica a explicação para o nível de produto. A análise keynesiana, então, não apenas inverte a causalidade teórica clássica em que o salário determinava os níveis de produto e emprego, como concebe uma nova explicação para a determinação do nível de emprego, compatível com a existência de crises.

A inovação teórica, contudo, só pode ser completamente apreendida quando em conjunto com a metodológica. Ao tempo lógico, com a tradicional distinção entre curto e longo prazos, foi acrescentado o método dinâmico de Keynes, isto é, aquele em que o tempo é verdadeiramente considerado nas suas características dinâmicas e onde a incerteza e a irreversibilidade desempenham papel preponde-

rante na decisão de investir. É como se a economia fosse um filme, cujas cenas é preciso compreender isoladamente, para depois uni-las formando um todo e introduzindo todos os complicadores necessários, sem os quais seria impossível compreender a mensagem do filme. Nas palavras de Victoria Chick, a Teoria Geral só pode ser compreendida à luz do método analítico utilizado por Keynes: um método estático de um processo dinâmico.

Conclui-se que a Teoria Geral não é um caso particular da teoria clássica com salários rígidos primeiro porque o nível de emprego é determinante e, não, determinado pelos salários reais. Mas, neste caso, se as conclusões de Keynes não dependem da hipótese de salários rígidos, por que ela é utilizada até o capítulo 19? Aparentemente, há pelo menos duas boas razões para isso:

a) Os fatores institucionais, tais contratos de trabalho e leis trabalhistas geram rigidez no mercado. Isto, contudo, nada tem a ver com as condições de oferta e demanda por trabalho.

b) Precisamente porque o potencial explicativo do salário não é muito grande, para reduzir o número de complicadores na análise, justifica-se considerá-lo variável exógena.

Além disso, outra boa prova de que os resultados da análise keynesiana não dependem da hipótese de salários rígidos é o fato de que, no capítulo 19, são analisados os efeitos ambíguos das variações nos salários monetários. Keynes mostra que esses efeitos seriam ambíguos demais para que se pudesse afirmar que reduções de salário conduziriam a economia ao pleno emprego. Isto porque outras partes do sistema poderiam ser afetadas quando, por exemplo, uma redistribuição da renda real dos assalariados reduzisse o poder de compra dos trabalhadores. Novamente, ao analisar os efeitos de variações nos salários nominais, Keynes alterou a forma como se concebia o tempo na teoria econômica, passando a discutir os efeitos de mudanças nas variáveis independentes e os efeitos *feed-back*.

Por fim, a crítica keynesiana não se refere à possibilidade, mas à automaticidade da geração do pleno emprego. Este seria um caso particular, um ponto entre tantos outros, bastante improvável. Considerando que cabe à teoria explicar a realidade, neste caso expressa pelo desemprego evidenciado por “fatos da experiência”, atribuir qualquer desequilíbrio a imperfeições do mercado, como faz a teoria neoclássica, é reflexo da incapacidade do seu arcabouço teórico. E, é claro, tomado como pressuposto o conceito de equilíbrio, as crises simplesmente não ocorrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, E. J. (1982) *Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970*. Rio de Janeiro, BNDES.
- BOLETIM DO IERJ (1986-87), n° 33, jul./jan., pp. 19-20.
- CHICK, V (1983) *Macroeconomics After Keynes*. Philip Alan, Oxford.
- DUTT, A. K. & AMADEO, E. (1988) “Keynes’s Dichotomy and Wage – Rigidity Keynesianism: A Puzzle in Keynesian Thought”. Texto para Discussão 207, Departamento de Economia PUC/RJ, setembro.

- HICKS, J. (1970) *O sr. Keynes da teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Fundo de Cultura.
- KEYNES, J. M. (1970) *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Fundo de Cultura.
- PATINKIM, D. (1985) "Flexibilidade de preços e pleno emprego". In Shapiro, E., *Análise macroeconômica: Leituras selecionadas*, São Paulo, Atlas.
- ROBINSON, J. (1952) "The Rate of Interest". In Robinson, Joan, *The Rate of Interest and Other Essays*, MacMillan.
- WELLS, P. (1987) "Economia da libertação: a rejeição de Keynes às teorias clássicas de emprego e demanda agregada". In Lopes, Magno (org.), *Ensaio de teoria pós-keynesiana*, Universidade Federal do Ceará, pp. 75-94.

